

DOI: 10.33947/1981-741X-v21n1-4832

IMPORTÂNCIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO REPASSE DE ICMS-ECOLÓGICO: VISÃO DA SOCIEDADE CIVIL E DA GESTÃO PÚBLICA DE COXIM, MATO GROSSO DO SUL**IMPORTANCE OF CONSERVATION AREAS IN THE TRANSFER OF ECOLOGICAL ICMS: A VIEW OF CIVIL SOCIETY AND PUBLIC MANAGEMENT IN COXIM, MATO GROSSO DO SUL**Lucilene Martins Oliveira Cruz¹, Luciana Martins Oliveira Cruz¹, Camila Souza de Andrade², Cleidimar João Cassol³, Eduardo José de Arruda³, Tatiane Antunes Peixoto³**RESUMO**

Objetivou-se com esta pesquisa avaliar a percepção da população e dos gestores municipais da cidade de Coxim-MS, sobre a importância das unidades de conservação ambiental e o papel do ICMS Ecológico como um agente incentivador para as práticas de conservação ambiental. O método adotado foi a pesquisa bibliográfica e análise documental de uma série de dados de 10 anos de repasses financeiros do ICMS-E ao município de Coxim, MS. Sequencialmente, os dados foram tabulados e interpretados, por fim foram aplicados questionários a uma parcela da sociedade civil e gestão pública sobre as questões levantadas na pesquisa documental. A comunidade entrevistada apresenta conhecimentos muito incipientes quanto às unidades de conservação, mais da metade não sabe o que é uma unidade de conservação e em quase a sua totalidade nunca visitou ou sabe onde se localizam as unidades de conservação do município. A maioria dos entrevistados na gestão pública acredita no potencial de conservação/preservação ambiental com o uso de instrumentos econômicos como o ICMS-E. Este estudo revelou a frágil percepção da sociedade civil (Coxim, MS) quanto a questões fundamentais de conservação ambiental. A gestão pública reconhece o potencial de ferramentas de gestão que protegem o meio ambiente, entretanto, há necessidade de mais ação por parte dos gestores públicos, conhecimento e adesão da população para as práticas sustentáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Preservação Ambiental. Gestão Ambiental. Políticas Públicas. Instrumentos Econômicos. Sustentabilidade.

ABSTRACT

Aimed of this research was to evaluate the perception of the population and municipal managers of the city of Coxim-MS, about the importance of environmental conservation units and the role of ICMS-E as an incentive agent for environmental conservation practices. The method adopted was bibliographic research and document analysis of a 10-year data series of financial transfers from ICMS-E to the municipality of Coxim, MS. Sequentially, the data were tabulated and interpreted, finally, questionnaires were applied to a portion of civil society and public management about the issues raised in the documentary research. The interviewed community has very incipient knowledge about conservation units, more than half do not know what a conservation unit is and almost all of them have never visited or know where the conservation units of the municipality are located. Most respondents in public administration believe in the potential for environmental conservation/preservation with the use of economic instruments such as ICMS-E. This study revealed the fragile perception of civil society (Coxim, MS) regarding fundamental issues of environmental conservation. Public management recognizes the potential of management tools that protect the environment, however, there is a need for more action on the part of public managers, knowledge and population adherence to sustainable practices.

KEYWORDS: Environmental Preservation. Environmental management. Public policy. Economic Instruments. Sustainability.

¹ Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul- UEMS. lucilenemartins9909@gmail.com; lucianacruz9994@gmail.com.

² Escola de Engenharia de São Carlos, USP/São Carlos. camilasouza.andrade@usp.br.

³ Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD/Dourados, Mato Grosso do Sul. cleidimar_cassol@hotmail.com.; eduardoarruda@ufgd.edu.br.; Tatipeixoto5@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O crescimento populacional aliado ao consumo desenfreado de recursos naturais pela sociedade, tem ocasionado sérios problemas de degradação ambiental, dentre os quais a poluição do solo, água e ar se destacam neste cenário. Outro fator preocupante, está relacionado aos avanços da fronteira agropecuária sobre as áreas de florestas naturais, desencadeando o desmatamento, promovendo assim, alguns desequilíbrios ecossistêmicos (SANTANA; MARQUES, 2021).

Diante deste cenário crítico provocado pelos avanços dos impactos ambientais, surgiram então as políticas públicas ambientais voltadas à promoção da conservação dos recursos naturais, com intuito de estimular a adoção de práticas sustentáveis na sociedade, visando uma harmonia entre os três pilares primordiais da sustentabilidade: ambiental, social e econômico (CATAPAN, 2020).

Em meio a essa busca pela sustentabilidade ambiental, surge então o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços Ecológico (ICMS-E), como instrumento de políticas públicas ambientais, com a finalidade de incentivar a gestão e a conservação ambiental em todo território brasileiro. Agindo como uma ferramenta de pagamento por serviços ecossistêmicos, beneficiando financeiramente muitos municípios brasileiros que atuam proteção ambiental, mediante investimentos em criação de Unidades de Conservação (UC), Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Coleta Seletiva e conter em seu território Terras Indígenas devidamente homologadas (BRITO; MARQUES, 2017; IMASUL, 2020a).

O Estado do Paraná foi o primeiro a implantar o ICMS-E em 1991, desde então, o mesmo se faz presente no cenário brasileiro há 30 anos, abrangendo atualmente os seguintes estados: São Paulo, Minas Gerais, Amapá, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Tocantins, Rondônia, Goiás, Rio de Janeiro, Ceará, Piauí, Pará, Acre e Paraíba (PINTO et al., 2015).

No estado de Mato Grosso do Sul a implantação de instrumentos econômicos como ferramentas de proteção ambiental é recente, iniciou-se em 2000, com o ICMS-E. Deste modo, o Estado foi um dos últimos membros da federação a criar unidades de conservação (TORRECILHA et al., 2017). Por outro lado, ressalta-se a importância de atuação do estado e dos municípios na criação e gestão de unidades de conservação, visto que, o estado apresenta vários macroecossistemas: Pantanal, Cerrado, Chaco, Floresta Chiquitana, Floresta Atlântica e Floresta Amazônica (GRACIOLLI et al., 2017).

Diante da relevância da conservação ambiental e do potencial de políticas públicas ambientais, objetivou-se com este trabalho avaliar a percepção da população e dos gestores municipais da cidade de Coxim-MS, sobre a importância das unidades de conservação ambiental e o papel do ICMS-E como um agente incentivador para as práticas de conservação ambiental.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada foi o estudo de caso, com técnicas de análise documental sobre os repasses do ICMS-E ao município de Coxim, que se encontram embasados pela Resolução SEMADE N° 26/16 e Decreto Estadual nº14.366/2015 (MATO GROSSO DO SUL, 2015; 2016).

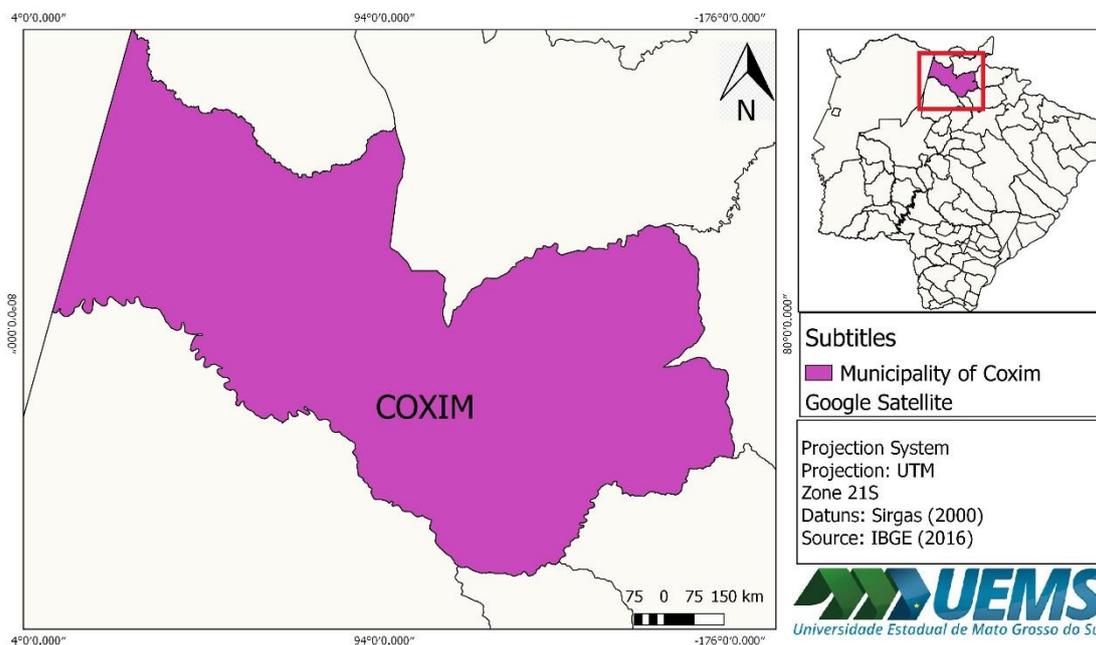
Os dados referentes ao repasse do ICMS-E ao município de Coxim foram obtidos através do Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul (IMASUL), analisando uma série histórica de 10 anos referente aos anos de 2010 a 2020.

Área de estudo

Para realização desta pesquisa, foi selecionado o município de Coxim-MS levando em consideração que o mesmo possui uma grande diversidade ecológica e também há uma ascensão em relação ao seu desenvolvimento econômico. O município está situado na região Centro-Oeste do Brasil, ao Norte do Estado de Mato Grosso do Sul, localiza-se com sua coordenada central do município na latitude de 18°30'25" Sul e longitude de 54°45'36" Oeste (PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM, 2020), conforme pode ser observado na Figura 1.

Figura 1: Localização do município de Coxim-MS.
Figure 1: Location of the municipality of Coxim-MS.

Mapa de localização e delimitação do município de Coxim - MS Location and delimitation map of the municipality of Coxim - MS



Fonte: Elaboração própria (2017).

Pesquisa bibliográfica e documental

Primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica por artigos, livros, dissertações e teses, nas bases de dados do *Google Acadêmico*, *SciELO* e sites de órgãos oficiais do governo do estado de Mato Grosso do Sul também foram consultados. A pesquisa documental é considerada pelos autores Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), como uma pesquisa que deve ser valorizada e contemplada, principalmente devido à riqueza de informações que o pesquisador pode extrair e utilizá-las nas diferentes áreas de estudo, possibilitando ampliação do conhecimento sobre o objeto de análise.

Coleta de dados

Os dados da pesquisa foram obtidos por meio da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da cidade de Coxim-MS e IMASUL, utilizando como metodologia a pesquisa descritiva. Esse tipo de pesquisa baseia-se em caracterizar o objeto de estudo, sendo considerado, portanto um tipo de pesquisa que possui caráter relevante para a Ciência Ambiental, pois a percepção e descrição, geralmente, são os primeiros passos e essenciais para caminhar em direção à compreensão dos fenômenos (VOLPATO, 2015).

Os dados referentes ao repasse do ICMS-E no período de 2010 a 2020 ao município de Coxim foram tabulados em planilha do Excel e, posteriormente, gerados os gráficos demonstrando a evolução dos valores recebidos pelo município ao longo de 10 anos.

Realizou-se um diagnóstico dos dados, cuja metodologia utilizada foi o método da escala de Likert, no sentido de verificar a percepção ambiental da gestão pública e da sociedade civil, em relação a importância e também sobre os problemas enfrentados no que diz respeito às Unidades de Conservação (UCs) e também sobre os repasses de recursos financeiros provenientes do ICMS-E.

Levantamento de dados para o diagnóstico de percepção ambiental

Foi analisada a percepção ambiental da sociedade civil e da gestão pública a respeito da importância das UCs no Município de Coxim, o diagnóstico foi realizado por meio de questionários qualitativos embasados na metodologia da escala de Likert, adaptada pelos autores Francischini A e Francischini P (2018).

O primeiro questionário foi aplicado à sociedade civil do município de Coxim com cinco questões fechadas (anexo 1), abrangendo um público-alvo de 150 pessoas, residentes nos diferentes bairros da cidade e com classes sociais distintas. As pessoas eram escolhidas aleatoriamente nas casas, ruas, supermercados, lanchonetes, e demais repartições pública e privada.

As questões contidas nos questionários avaliavam a percepção ambiental dos entrevistados quanto às Unidades de Conservação (Área de Proteção Ambiental - APA Córrego do Sítio, Rio Cênico e a Reserva Particular do Patrimônio Natural Cachoeira do São Bento). Dentre algumas perguntas contidas no questionário estavam: Qual é sua profissão? Você sabe o que é uma Unidade de Conservação? Já ouviu falar de ICMS Ecológico? Você já visitou ou sabe onde estão localizadas as Unidades de Conservação no município de Coxim? Como você avalia a situação dos recursos naturais (meio ambiente) no município de Coxim?

O segundo questionário aplicado (anexo 2), foi elaborado com cinco questões fechadas referentes ao ICMS-E e as UCs, sendo aplicado a um representante da Secretaria do Desenvolvimento Sustentável, o Gerente de Meio Ambiente, ao Turismólogo responsável pelo Centro de Atendimento ao Turista (CAT), o Coordenador Geral do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari (COINTA) e a dois professores supervisores da disciplina de Gestão Ambiental e Ciências Biológicas, que participaram da elaboração do Plano de Manejo da APA Córrego do Sítio, lotados na comunidade acadêmica da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS campus Coxim.

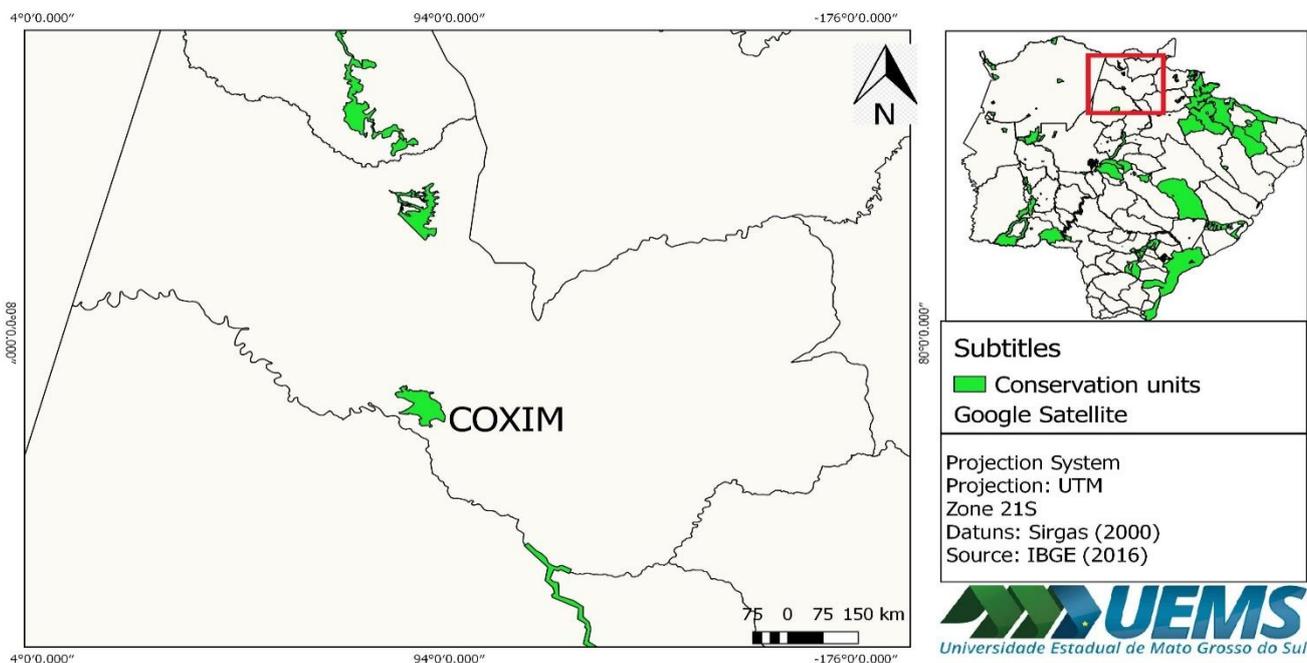
Algumas das indagações presentes nesse segundo questionário eram as seguintes: Como você avalia o incentivo por meio de ICMS Ecológico no Estado de Mato Grosso do Sul promovendo a criação de Unidades de Conservação, visando à proteção da biodiversidade dos biomas brasileiros? Como você avalia a qualidade ambiental das unidades de conservação da cidade de Coxim? Após esses questionamentos, os dados coletados foram tabulados em planilha do Excel 2010, gerando assim os resultados da percepção ambiental dos entrevistados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do diagnóstico preliminar das áreas de preservação ambiental na região norte do estado e também pela consulta aos dados fornecidos pelo IMASUL e da análise da Resolução SEMADE nº 26 de 16 de Fevereiro de 2016 (MATO GROSSO DO SUL, 2016), que fornecem diretrizes e orientações para o cadastramento das unidades de conservação, pode-se verificar que as três unidades de conservação ambiental instaladas no território do Município de Coxim, são de níveis: estadual (APA Rio Cênico) e municipal (APA Córrego do Sítio e a Reserva Particular do Patrimônio Natural- RPPN Cachoeira do São Bento), conforme pode ser observada a localização das mesmas na Figura 2.

Figura 2: Localização das Unidades de Conservação em Coxim-MS.
Figure 2: Location of Conservation Units in Coxim-MS.

Localização das Unidades de Conservação em Coxim-MS Location of Conservation Units in Coxim-MS

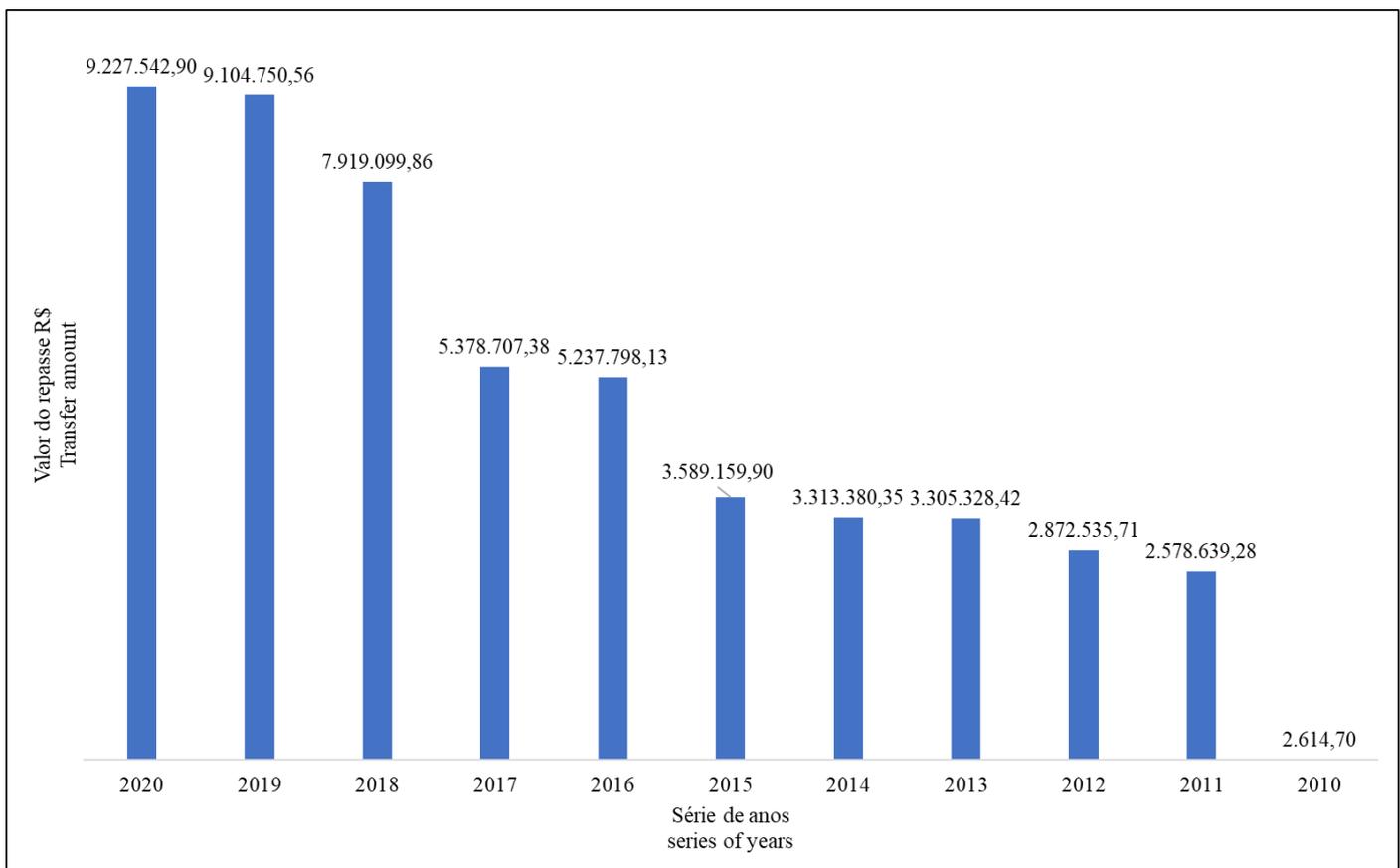


Fonte: Elaboração própria, a partir do banco de dados contidos no SISLA (2017).

A APA Rio Cênico Rotas Monçoeiras apresenta uma área de 15.440 hectares, formada por uma Área de Preservação Permanente ao longo rio Coxim, englobando os Municípios de Rio Verde, Camapuã, São Gabriel e Coxim. A APA Córrego do Sítio possui área de 3.105,08 hectares, já a RPPN Cachoeira do São Bento possui cerca de 3.036,96 hectares que protegem a vida silvestre do Município de Coxim (IMASUL, 2020b). Por abrigar essas áreas de conservação ambiental, Coxim passou a receber o repasse do ICMS-E, conforme pode ser observado na figura 3, que contém uma análise histórica dos repasses desde o ano de 2010 a 2020.

Figura 3: Evolução histórica do valor do repasse do ICMS-E para o município de Coxim, no período de 2010 a 2020.

Figure 3: Historical evolution of the value of the ICMS-E transfer to the municipality of Coxim, from 2010 to 2020.



Fonte: IMASUL (2020).

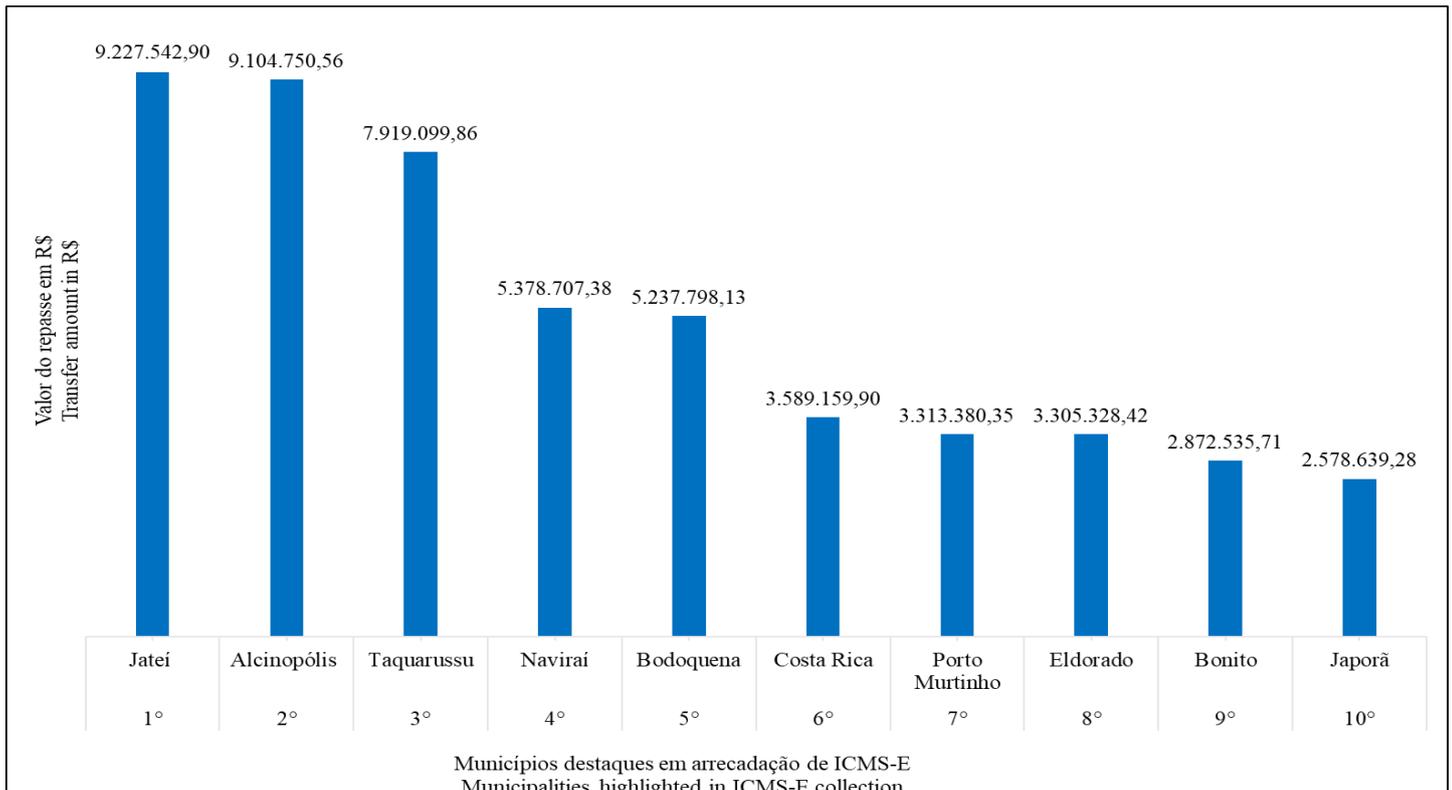
Pode-se observar na Figura 3, que no decorrer do período analisado (10 anos), obteve-se um aumento do repasse de ICMS-E ao município de Coxim, sendo o ano 2015 o mais marcante onde Coxim recebeu o maior repasse financeiro, cujo valor foi de 216.134,65 R\$ (Duzentos e dezesseis mil, cento e trinta e quatro reais e sessenta e cinco centavos). Esse valor deve-se ao fato de a gestão pública ter investido em ações e projetos de educação ambiental no trecho da APA Rio Cênico, além de ter melhorado

as vias de acesso a APA Córrego do Sítio. É possível verificar também, que após o ano de 2015 houve uma queda no valor do repasse de ICMS-E ao município de Coxim, pois os investimentos nas áreas das Unidades de Conservação foram descontinuados.

No ano de 2020 os gestores municipais trabalharam com intuito de melhorar a qualidade ambiental em Coxim. Recentemente foi implantado o sistema de coleta seletiva sendo esse trabalho realizado pela Associação dos Agentes Ambientais do Taquari, criada com intuito de realocar as pessoas que trabalhavam no lixão municipal. Os Agentes Ambientais atuam realizando a coleta seletiva solidária, triagem, prensagem e comercialização dos materiais recicláveis, gerando assim uma fonte de renda para as pessoas que sobrevivem da reciclagem.

O lixão foi extinto e transformado em uma Unidade de Transbordo, onde todos os resíduos coletados convencionalmente são dispostos em contêineres e depois são encaminhados para o aterro sanitário de Sidrolândia para a disposição ambientalmente correta. Mediante a todas essas melhorias efetuadas no ano de 2020, espera-se que o índice de repasse do ICMS-E para o ano de 2021 seja mais alto que o ano anterior. No ano de 2020 alguns municípios do Estado de Mato Grosso do Sul se tornaram destaques em arrecadação de ICMS-E (Figura 4).

Figura 4: Municípios destaques no repasse de ICMS Ecológico no ano de 2020.
Figure 4: Highlighted municipalities in the transfer of Ecological ICMS in 2020.



Fonte: IMASUL (2020).

Jateí ocupa a 1º colocação no ranking dos municípios que receberam os valores mais elevados de ICMS-E no ano de 2020, recebendo um repasse de R\$ 9.227.542,90 (Nove milhões, duzentos e vinte e sete mil, quinhentos e quarenta e dois reais e noventa centavos), este município possui duas UCs sendo elas: Parque Estadual da Várzea do Rio Ivinhema, com uma área de aproximadamente 42.846 hectares localizados na Bacia do Rio Paraná, abrangendo os municípios de Jateí, Naviraí e Taquarussu. A segunda unidade de conservação é uma APA: a Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, com uma área de 77.963 mil hectares (SEBRAE, 2017).

Na segunda colocação dos municípios que mais arrecadam com ICMS-E está o município de Alcinoópolis com uma arrecadação R\$ 9.104.750,56 (Nove milhões, cento e quatro mil, setecentos e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos) apresentando quatro Unidades de Conservação em seu território, sendo elas: Parque Estadual Nascentes do Rio Taquari, com área de 26.849 hectares formando um importante corredor ecológico entre o Cerrado e o Pantanal. A segunda unidade de conservação é o Monumento Natural Serra do Bom Jardim, com uma área de 6.121,34 hectares, a terceira UC é o Monumento Natural Serra do Bom Sucesso abrangendo cerca de 2.667,57 hectares; A quarta unidade de conservação é o Parque Natural Municipal Templo dos Pilares com 100 hectares de muita preservação ambiental aliado com a riqueza das artes rupestres presentes neste local (IMASUL, 2020c).

Ocupando o terceiro lugar está o município de Taquarussu recebendo um repasse de R\$ 7.919.099,86 (Sete milhões, novecentos e dezenove mil, noventa e nove reais e oitenta e seis centavos). O município possui em seu território três UCs: O Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema com 14.214 hectares situados em Taquarussu, contendo uma estrutura para receber pesquisadores de diversas áreas e além de ser aberto à visitação pública. A APA – Área de Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná tendo uma extensão no município de 105.487,796 hectares, e por fim, uma Estação Ecológica Veredas de Taquarussu com 3.065,69 hectares, abrigando uma área natural onde contempla os ecossistemas do Cerrado, com remanescente da Mata Atlântica e do Pantanal, no qual protegem a biodiversidade da região (PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUSSU, 2020).

Portanto, vale ressaltar que, conforme os municípios investem em conservação ambiental, aliado com os demais critérios exigidos pelo IMASUL (ter um Plano de Manejo para gestão das UCs, realizar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e efetuar a implantação da Coleta Seletiva), melhores serão as pontuações dos mesmos nesses quesitos, recebendo como incentivo um repasse financeiro significativo, como foi o caso dos municípios de Jateí e Alcinoópolis destaques em 2020. Perante esse incentivo financeiro, os governantes se sentem motivados a obterem mais recursos para investirem em seus municípios. Promovendo melhorias nas áreas de meio ambiente, saúde ou educação (MATTOS; DALGOBBO; SILVA, 2019).

Ao comparar os dados da figura 2 com a 1, nota-se que o valor recebido pelo Município de Coxim em relação ao ICMS-E é extremamente baixo, comparado aos demais municípios analisados. Nesse sentido, surgiu a necessidade de compreender por que o município recebe um repasse tão inferior se comparado aos demais, bem como analisar a percepção da sociedade civil e da gestão pública sobre o

papel do ICMS-E como um instrumento de gestão ambiental responsável por ajudar a conter os avanços da degradação ambiental sobre os biomas brasileiros.

A análise da percepção ambiental da população decorreu por intermédio da aplicação de questionários, ferramenta imprescindível para compreender as interações entre a espécie humana e o meio ambiente de convivência. O uso de questionários permite avaliar expectativas, o conhecimento, religião, a cultura e a postura de cada cidadão, frente à comunidade na qual está inserido. O desenvolvimento desse tipo de estudo permite analisar a forma de pensar da população e assim oferecer subsídios voltados à minimização dos problemas socioambientais existentes no município (ROMÃO et al., 2020). Dessa maneira, a partir do quadro 1 encontram-se algumas das questões pertinentes abordadas no questionário aplicado à sociedade civil.

Quadro 1: Análise da percepção ambiental da sociedade civil do Município de Coxim, por meio da utilização da escala adaptada de Likert.

Table 1: Analysis of the environmental perception of civil society in the municipality of Coxim, using the adapted Likert scale.

Questões Questions	Sim Yes	Não Not
1. Você sabe o que é uma Unidade de Conservação? 1. Do you know what a Conservation Unit is?	46%	54%
2. Você já visitou ou sabe onde localizam-se as Unidades de Conservação do município de Coxim? 2. Have you ever visited or know where the Conservation Units in the municipality of Coxim are located?	9%	91%
3. Você já ouviu falar de ICMS Ecológico? 3. Have you ever heard of Ecological ICMS?	24%	76%
4. Você sabia que o município de Coxim recebe repasse de ICMS Ecológico? 4. Did you know that the municipality of Coxim receives ICMS Ecological transfers?	23%	77%
5. Em relação ao investimento do repasse do ICMS Ecológico, em sua opinião em qual área deveria ser investido esse dinheiro pela gestão pública? 5. Regarding the investment of the ICMS Ecologico transfer, in your opinion in which area should this money be invested by the public administration?		
Saúde Health	Meio ambiente Environment	Educação Education
53%	21%	23%

Fonte: Elaboração própria, dados coletados em 2017.

Por meio da aplicação do questionário à sociedade civil pode-se perceber que 54% dos entrevistados não tinham conhecimento do que é uma Unidade de Conservação. Diante desse fato notou-se que uma parcela majoritária dos entrevistados cerca 91%, não conheciam, ou nunca visitaram e nem sabiam onde estão localizadas as UC's do município de Coxim. Essa percepção demonstra que deve haver uma melhor divulgação de informações a respeito das funções das UCs, com intuito de aproximar e despertar a sociedade civil para a conservação ambiental, pois a população só protege aquilo que conhece.

Quando foi perguntado aos entrevistados em qual área deveria investir o repasse do ICMS-E, grande maioria escolheu a área da Saúde com 53% dos votos, 23% a área da Educação e por último dentre as escolhas está o Meio Ambiente com 21%. Esses dados demonstram que a cultura da sociedade considera investimentos em meio ambiente algo desnecessário, havendo assim uma falta de ações prioritárias destinadas ao setor (QUADROS; SANTOS, 2020).

Portanto, torna-se necessário mudar esta visão da sociedade onde se considera investimentos em conservação ambiental como irrelevante. Tavares et al., (2018), defende que é necessário haver uma mudança na cultura brasileira, envolvendo práticas acerca da educação ambiental como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo, seja em caráter formal e não formal.

Segundo Vione (2020), será desafiador a sociedade abandonar antigos hábitos e passar adotar práticas mais sustentáveis no dia a dia, é fundamental haver uma reeducação, especialmente no que se refere as relações sociais do homem com a natureza. A sociedade necessita refletir qual a sua parcela de culpa no agravamento dos problemas ambientais, diante dessa reflexão é possível articular práticas socioambientais que vão ajudar a resolver os problemas da comunidade.

Em meio a esse contexto, o quadro 2 buscou avaliar a percepção da gestão pública de Coxim sobre as questões ambientais das Unidades de Conservação e o papel do ICMS-E como agente incentivador.

Quadro 2: Percepção da gestão pública do município de Coxim e dos professores da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) sobre as questões socioambientais.

Table 2: Perception of public management in the municipality of Coxim and professors at the State University of Mato Grosso do Sul (UEMS) on socio-environmental issues).

Questões Questions	Péssimo Terrible	Ruim Bad	Regular Regular	Bom Good	Ótimo Excellent
1. Como você avalia a situação da degradação ambiental dos recursos naturais, desencadeado pelos avanços do desenvolvimento econômico do país? 1. How do you assess the situation of environmental degradation of natural resources, triggered by advances in the country's economic development?	50 %	33,3%	16,6 %	-	-
2. O ICMS Ecológico no Estado de Mato Grosso do Sul tem incentivado a proteção ambiental dos recursos naturais por meio da criação de Unidades de Conservação, como você avalia a aplicação desse instrumento no Estado? 2. The Ecological ICMS in the State of Mato Grosso do Sul has encouraged the environmental protection of natural resources through the creation of Conservation Units, how do you evaluate the application of this instrument in the State?	-	-	-	83,4 %	16,6 %
3. Conforme os objetivos propostos no art. 225 da Constituição Federal, qual seu grau de satisfação com a qualidade ambiental dos biomas brasileiros? 3. According to the objectives proposed in art. 225 of the Federal Constitution, what is your degree of satisfaction with the environmental quality of Brazilian biomes?	-	33,4 %	50 %	16,6 %	-
4. Em relação à situação das UCs da cidade de Coxim, como você avalia a qualidade ambiental das mesmas? 4. Regarding the situation of the UCs in the city of Coxim, how do you assess their environmental quality?	-	33,4 %	16,6 %	50 %	-

5. A cidade de Coxim tem recebido pouco repasse de ICMS Ecológico como você avalia essa colocação?	50 %	50 %	-	-	-
5. The city of Coxim has received little transfer of ICMS Ecológico how do you rate this placement?					

* O símbolo (-) expressam as categorias que não foram assinaladas pelos entrevistados.

Fonte: Elaboração própria, dados coletados em 2017.

Ao avaliar como a gestão pública lida com temas importantes que estão diretamente interligados como as UCs, pode-se perceber que 50% dos entrevistados consideram a situação da degradação ambiental dos recursos naturais um fator extremamente péssimo, 33,3% cogitaram ser algo ruim e 16,6% regular, alguns entrevistados alegaram que a degradação ambiental é um efeito colateral do processo de desenvolvimento econômico do país.

No que diz respeito à utilização do ICMS-E no Estado de Mato Grosso do Sul como instrumento de políticas públicas ambientais, 83,4% dos entrevistados pressupõem que aplicação desse instrumento no estado é algo bom, 16,6% consideraram como ótimo, pois os recursos financeiros advindos do ICMS-E são vistos como uma oportunidade para incrementar a economia municipal, construindo uma consciência ecológica na sociedade.

Quanto a percepção da gestão pública sobre a conjuntura brasileira da qualidade ambiental dos biomas: 50% dos entrevistados declararam que a condição do meio ambiente no país é péssima, 33,4% constataram ser ruim e 16,6% como bom. Esses resultados apresentam um indicativo da fragilidade em investimentos na área de políticas públicas mais eficazes a favor da conservação ambiental.

Em relação à qualidade ambiental das UCs no município de Coxim, 50% dos entrevistados afirmaram que a situação é boa, 33,4% disseram ser ruim e 16,6% regular. Entretanto com relação ao valor do repasse do ICMS-E, os gestores públicos disseram que precisam realizar alguns investimentos, nas unidades de conservação, como: placas de identificação, aceiros para prevenir incêndios, investir em campanhas educativas combatendo o desmatamento, o descarte inadequado de resíduos nas vias de acessos e a caça predatória nas áreas de Unidades de Conservação Ambiental, todos esses investimentos se forem devidamente empregados podem elevar o valor do repasse do ICMS-E a Coxim, pois 50% relataram estar insatisfeitos com a situação atual das mesmas.

Por fim, ficou evidente perante esse trabalho de avaliação sobre a percepção da gestão pública e da sociedade civil, que o município de Coxim possui inúmeras oportunidades que podem auxiliar não somente no processo de arrecadação do ICMS-E, bem como na sua qualidade ambiental, dentre as oportunidades destacam-se: (I) Desenvolvimento de pesquisas científicas e projetos destinados à conservação das espécies da fauna e flora existente no município; (II) Elaboração de planos estratégicos para a criação de novas UCs; (III) Formação de novos convênios e parcerias institucionais para a gestão de investimentos na área ambiental; (IV) Elaboração de novos projetos destinados à educação ambiental da sociedade coxinense; (V) Fortalecimento para criação de novas UCs; (VI) Implantação de políticas públicas

que visem reduzir os impactos ambientais das atividades antrópicas no município de Coxim, dentre outros atributos.

O ICMS Ecológico, tornou atrativas as ações de conservação do meio ambiente. Esse instrumento, tem promovido o despertar dos governantes para a implementação de práticas sustentáveis em seus municípios, sendo uma nova fonte de renda, cuja gestão pública poderá utilizar para melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos, promovendo investimentos na área do meio ambiente, saúde, educação, esporte ou lazer.

CONCLUSÃO

A comunidade entrevistada apresenta conhecimentos muito incipientes quanto às unidades de conservação, mais da metade não sabe o que é uma unidade de conservação e em quase a sua totalidade nunca visitou ou sabe onde se localizam as unidades de conservação do município. A maioria dos entrevistados na gestão pública acredita no potencial de conservação/preservação ambiental com o uso de instrumentos econômicos como o ICMS-E.

Este estudo revelou a frágil percepção da sociedade civil (Coxim, MS) quanto a questões fundamentais de conservação ambiental. A gestão pública reconhece o potencial de ferramentas de gestão que protegem o meio ambiente, entretanto, há necessidade de mais ação por parte dos gestores públicos, conhecimento e adesão da população para as práticas sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- BRITO, R. O.; MARQUES, C. F. Pagamento por serviços ambientais: uma análise do ICMS Ecológico nos estados brasileiros. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 49, p. 357-383, 2017. http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8247/1/ppp_n49_pagamento.pdf
- CATAPAN, A. Discussões sobre os conceitos de sustentabilidade e seus pilares. **Latin American Journal of Development**, v. 2, n. 6, p. 410-416, 2020. <https://doi.org/10.46814/lajdv2n6-007>
- FRANCISCHINI, A. S. N.; FRANCISCHINI, P. G. **Indicadores de Desempenho: dos objetivos à ação métodos para elabora KPIs e obter resultados**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018. p. 1-448.
- GRACIOLLI, G.; ROQUE, F. O.; FARINACCIO, M. A.; SOUZA, P. R.; PINTO, J. O. P. Biota-MS: Montando o quebra-cabeça da biodiversidade de Mato Grosso do Sul. **Iheringia Série Zoologia**, v. 107, n. 7, p. 1-7, 2017. <https://doi.org/10.1590/1678-4766e2017100>.
- IMASUL - INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL. **Área de Proteção Ambiental Rio Cênico Rotas Monçoeiras**. Campo Grande, MS: IMASUL, 2020b. Disponível em: <https://www.imasul.ms.gov.br/gestao-de-unidades-de-conservacao/unidades-de-conservacao-estaduais/apa-rio-cenico/>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- IMASUL - INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL. **Programa Estadual do ICMS Ecológico**. Campo Grande, MS: IMASUL, 2020a. Disponível em: <http://www.imasul.ms.gov.br/icms-ecologico/>. Acesso em: 19 jun. 2020.

IMASUL - INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL. **Unidades de Conservação Municipais**. Campo Grande, MS: IMASUL, 2020c. Disponível em: <https://www.imasul.ms.gov.br/unidades-de-conservacao-municipais/>. Acesso em: 23 jun. 2020.

MATO GROSSO DO SUL. **Decreto nº 14.366, de 29 de dezembro de 2015**. Disponível em: <http://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Decreto-Est.-n%C2%BA-14.366-de-29-12-2015-ICMS-Ecologico.pdf> Acesso em: 23 out. 2021.

MATO GROSSO DO SUL. **Resolução SEMADE nº 26, de 16 de fevereiro de 2016**. Disponível em: <http://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-SEMADE-n%C2%BA-26-de-22-02-2016-CEUC.pdf>. Acesso em: 23 out. 2021.

MATTOS, L. P. P.; DALGOBBO, J. A.; SILVA, U. N. ICMS Ecológico: a Proteção Ambiental como Ferramenta de Aumento na Arrecadação do Município de Niterói–RJ. **Pensar Contábil**, p. 15-23, 2019. <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/3534>

PINTO, J. S.; FRAINER, D. M.; OLIVEIRA, A. K. M.; SOUZA, C. C. Diagnóstico e avaliação da eficiência da preservação do ambiente em Mato Grosso do Sul a partir da inclusão do pagamento de serviços ambientais. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 35, p. 225-240, 2015. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v35i0.41238>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM. **Dados de Coxim**. Coxim: Prefeitura Municipal de Coxim, 2020. Disponível em: <http://www.coxim.ms.gov.br/index.php?pag=fixo&id=19>. Acesso em: 23 jun. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUSSU. **Unidades de Conservação**. Taquarussu: Prefeitura Municipal de Taquarussu, 2020. Disponível em: <https://www.taquarussu.ms.gov.br/site/municipio/conheca-o-municipio/unidades-de-conservacao/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

QUADROS, E. M.; SANTOS, M. J. B. Meio ambiente cultural, direitos culturais e políticas públicas. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 20, n. 223, p. 162-173, 2020. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/50003/751375150350>.

ROMÃO, E. L.; BARGOS, D. C.; SILVA, L. A. G.; MELO, L. R. Percepção ambiental de alunos de graduação em engenharia sobre a importância da Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 15, n. 1, p. 194-208, 2020. <https://doi.org/10.34024/revbea.2020.v15.10060>.

SANTANA, C. R.; MARQUES, R. C. Avaliação da percepção de recrusas sobre degradação ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 16, n. 1, p. 393-409, 2021. <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10731/8319>.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009. <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>.

SEBRAE. **Desenvolvimento Econômico Territorial de Mato Grosso do Sul. Coxim- Norte**. [S. l.]: Sebrae, 2017. Disponível em: www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MS/Anexos/Mapa%20Oportunidades/Livreto_Coxim.pdf. Acesso em: 24 jun. 2020.

TAVARES, F. B. R.; SOUSA, F. C. de F.; SANTOS, V. É. S. A educação ambiental com perspectiva transdisciplinar no contexto da legislação brasileira. **Research, Society and Development**, v. 7, n. 12, p. 1-21, 2018. DOI: 10.33448/rsd-v7i12.478.

TORRECILHA, S.; GONÇALVES, R. M.; LAPS, R. R.; TOMAS, W. M.; MARANHÃO, H. L.; ROQUE, F. O. Registros de espécies de mamíferos e aves ameaçadas em Mato Grosso do Sul com ênfase no Sistema Estadual de Unidades de Conservação. **Iheringia, Série Zoologia**, v. 107, n. suppl, p. 1-7, 2017. <https://doi.org/10.1590/1678-4766e2017156>

DOI: 10.33947/1981-741X-v21n1-4832
IMPORTÂNCIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO REPASSE DE ICMS-ECOLÓGICO: VISÃO
DA SOCIEDADE CIVIL E DA GESTÃO PÚBLICA DE COXIM, MATO GROSSO DO SUL
Lucilene Martins Oliveira Cruz, Luciana Martins Oliveira Cruz, Camila Souza de Andrade,
Cleidimar João Cassol, Eduardo José de Arruda, Tatiane Antunes Peixoto

VIONE, C. I. B. **Gestão pública para cidade sustentável: olhar sobre o município de Ijuí/RS**. Monografia. 2020, 139 f. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2020. <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/6799>

VOLPATO, G. L. O método lógico para redação científica. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 9, n. 1, p. 1-14, 2015. <https://doi.org/10.29397/reciis.v9i1.932>

ANEXOS

Anexo1: Questionário aplicado à sociedade civil do município de Coxim.

QUESTIONÁRIO SOBRE A AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL

As respostas obtidas por meio deste questionário terão os seguintes critérios de avaliação sobre a percepção ambiental: o entrevistado expõe sua opinião marcando um X, sobre as alternativas que melhor representam o seu grau de satisfação sobre as questões ambientais, conforme apresentado o quadro abaixo.

1	Péssimo
2	Ruim
3	Regular
4	Bom
5	Ótimo

1. Qual o seu nome e profissão?

2. Qual seu grau de interesse por assuntos relacionados ao meio ambiente?

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

3. Como você avalia a situação dos recursos naturais (meio ambiente) no município de Coxim?

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

4. Um fator que tem colocado em risco a conservação ambiental no Brasil é o avanço do desmatamento, como você avalia essa situação?

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

5. Você sabe o que é uma Unidade de Conservação?

1. Sim	2. Não
--------	--------

6. Você já ouviu falar de ICMS Ecológico?

1. Sim	2. Não
--------	--------

7. O ICMS Ecológico em Mato Grosso do Sul é usado como um instrumento de gestão ambiental, onde incentiva os municípios por meio de repasses financeiros do governo a investirem em ações de preservação e conservação ambiental, porém os mesmos devem atender aos seguintes critérios: (apresentar em seu território terras indígenas homologadas quando houver, unidade de conservação

da natureza, plano de gestão de resíduos sólidos, sistema de coleta seletiva e disposição final de resíduos sólidos). Agora que você já sabe o que é ICMS Ecológico qual a sua opinião a respeito desse instrumento?

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

8. Você sabia que Coxim recebe repasse do ICMS Ecológico?

1. Sim	2. Não
--------	--------

9. O município de Coxim possui atualmente três Unidades de Conservação Ambiental (Rio Cênico Rotas Monçoeiras, APA Córrego do Sítio e a RPPN Cachoeira do São Bento), no ano de 2017 recebeu repasses do ICMS Ecológico por meio destas unidades de conservação, ocupando a 56ª posição com menor repasse, como você avalia essa colocação?

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

10. Você já visitou ou sabe onde localiza as Unidades de Conservação da cidade de Coxim?

1. Sim	2. Não
--------	--------

11. O Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) criado pela lei nº 9.985/2000, define que durante o processo de criação de novas áreas protegidas, a participação popular deve ser de extrema relevância. Você estaria disposto a participar das decisões em relação a criação, implantação e a gestão das unidades de conservação do município de Coxim?

1. Sim	2. Não	3. Não sei
--------	--------	------------

12. Em relação ao investimento do repasse do ICMS Ecológico, na sua opinião em qual área esse dinheiro deve ser investido pela gestão pública da cidade de Coxim?

1. Saúde	2. Meio Ambiente	3. Educação
----------	------------------	-------------

Outros:

Anexo 2: Questionário aplicado a gestão pública e aos professores da UEMS do município de Coxim-MS.

QUESTIONÁRIO SOBRE A AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL

As respostas obtidas por meio deste questionário terão os seguintes critérios de avaliação sobre a percepção ambiental: o entrevistado expõe sua opinião marcando um X, sobre as alternativas que melhor representa o seu grau de satisfação sobre as questões ambientais, conforme apresentado o quadro abaixo.

1	Péssimo
2	Ruim
3	Regular
4	Bom
5	Ótimo

1. Qual o seu nome e cargo exercido na gestão pública?

2. O avanço do processo de desenvolvimento econômico do país sobre o meio ambiente tem trazidos como transtornos a degradação ambiental dos recursos naturais, como você avalia essa situação?

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

3. Como você avalia o incentivo por meio de ICMS Ecológico no Estado de Mato Grosso do Sul promovendo a criação de Unidades de Conservação, visando à proteção da biodiversidade dos biomas brasileiros?

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

4. No Art. 225 da Constituição Federal em seu capítulo VI diz que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” Diante desta afirmação, qual seu grau de satisfação em relação a conservação a qualidade ambiental dos biomas brasileiros?

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

5. Como você avalia a qualidade ambiental das unidades de conservação da cidade de Coxim?

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

6. A cidade de Coxim possui atualmente três Unidades de Conservação Ambiental (Rio Cênico Rotas Monçoeiras, APA Córrego do Sítio e a RPPN Cachoeira do São Bento), por dispor destas UC's o município recebe repasses do ICMS Ecológico e no ano de 2017, a cidade ocupou a 56º posição do

ranking com menor repasse, como você avalia essa colocação?

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

7. Como você avalia as principais fraquezas encontradas na Gestão das Unidades de Conservação do município, dentre as perguntas a seguir:

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

a) Ausência de uma equipe técnica qualificada para serviços de recuperação ambiental

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

b) Desinteresse da população pelas questões ambientais

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

c) Falta de investimentos na infraestrutura das UC's.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

d) Falta de informação e divulgação sobre o papel das Unidades de Conservação para a sociedade

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

Outras: _____

8. Em relação ao grau de ameaças, enfrentadas pelas Unidades de Conservação no município, como você avalia as alternativas abaixo:

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

a) O avanço da Pecuária sobre o meio ambiente

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

b) Crescimento desordenado da urbanização

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

c) Poluição ambiental

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

d) Desmatamento

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

e) Queimadas

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

f) Manejo inadequado do solo

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

g) Falta de atualização do Plano Diretor Municipal

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

Outras: _____

9. Qual sua opinião sobre as potenciais forças das Unidades de Conservação no município:

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

a) Beleza paisagística como atrativo turístico

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

b) Criação de trilhas ecológicas

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

c) Desenvolvimento de pesquisas científicas

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

d) Formação de corredores ecológicos

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

e) Conservação Ambiental

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

Outras: _____

10. Assinale o grau de oportunidade relevante à criação e o manejo adequado das Unidades de Conservação no município

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

Uso sustentável dos recursos naturais

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

Elevar o repasse do ICMS Ecológico

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

Desenvolvimento do Ecoturismo

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

Desenvolvimento de ações de Educação Ambiental

(Creches, escolas e para a sociedade)

Criação de ONG's e associações ligadas a proteção do meio ambiente

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

Criação de uma Lei Municipal destinada a incentivar os proprietários rurais a proteger o meio ambiente através de incentivos fiscais.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---